

Contrato nº 021/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES TITULARES DE UNIDADES CONSUMIDORAS DO GRUPO B AGRUPAMENTO 62570 - QUE ENTRE SI CELEBRAM CELG DISTRIBUIÇÃO S.A – CELG D E SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (Cliente nº 1797533 Unidades Consumidoras Identificadas no Anexo I do Contrato)

021/2019

CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, com sede à Rua 2 S/Nº Qd. A-37, nº 505, Edifício Gileno de Godoi Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, Goiânia-GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.543.032/0001-04, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA** e, de outro lado, **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**, CNPJ 02.476.034/0001-82, representado neste ato pelo **BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA**, CPF 010.134.721-95, **SECRETÁRIO**, doravante denominado **CONSUMIDOR**, responsável pelas **UNIDADES CONSUMIDORAS** identificadas no **ANEXO I** deste **CONTRATO**, aderem, de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para Unidades Consumidoras atendidas em Baixa Tensão, na forma de Contrato de Adesão, com base nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e pelos demais regulamentos presentes e futuros que disciplinam a prestação do serviço público de energia elétrica.

DAS DEFINIÇÕES

Para os fins e efeitos deste Contrato são adotadas as seguintes definições:

1. **CARGA INSTALADA**: soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na **UNIDADE CONSUMIDORA**, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts, expressa em quilowatts (kW);
2. **CONCESSIONÁRIA**: empresa distribuidora de energia elétrica, responsável pela prestação de serviços públicos de energia elétrica;
3. **CONSUMIDOR**: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite à **CONCESSIONÁRIA** o fornecimento de energia elétrica ou o uso do sistema elétrico, assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) **UNIDADES(S) CONSUMIDORA(S)**;
4. **ENERGIA ELÉTRICA ATIVA**: aquela que pode ser convertida em outra forma de energia, expressa em quilowatts-hora (kWh);
5. **ENERGIA ELÉTRICA REATIVA**: aquela que circula entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampère-reactivo-hora (kvarh);
6. **GRUPO B**: grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV);
7. **INDICADOR DE CONTINUIDADE**: valor que expressa a duração em horas e o número de interrupções ocorridas na **UNIDADE CONSUMIDORA** em um determinado período de tempo;
8. **INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO**: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;



11.10.2019

9. **PADRÃO DE TENSÃO:** níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em Volts (V), em que a **CONCESSIONÁRIA** deve entregar a energia elétrica na **UNIDADE CONSUMIDORA**, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;

10. **PONTO DE ENTREGA:** conexão do sistema elétrico da **CONCESSIONÁRIA** com a **UNIDADE CONSUMIDORA** e situa-se no limite da via pública com a propriedade onde esteja localizada a **UNIDADE CONSUMIDORA**;

11. **POTÊNCIA DISPONIBILIZADA:** potência em quilovolt-ampère (kVA) de que o sistema elétrico da **CONCESSIONÁRIA** deve dispor para atender aos equipamentos elétricos da **UNIDADE CONSUMIDORA**;

12. **SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO:** desligamento de energia elétrica da **UNIDADE CONSUMIDORA**, sempre que o **CONSUMIDOR** não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quarta;

13. **TARIFA:** valor monetário estabelecido pela ANEEL, fixado em Reais por unidade de **ENERGIA ELÉTRICA ATIVA** ou da demanda de potência ativa;

14. **UNIDADE CONSUMIDORA:** conjunto composto por instalações, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em apenas um ponto de entrega, com medição individualizada, correspondente a um único consumidor e localizado em uma mesma propriedade ou em propriedades contíguas;

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este Instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a **CONCESSIONÁRIA** e o **CONSUMIDOR**, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Os principais direitos do **CONSUMIDOR** são:

1. Receber energia elétrica em sua **UNIDADE CONSUMIDORA**, nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
2. Ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
3. Escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o vencimento da fatura;
4. Receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento exceto quando se tratar de **UNIDADE CONSUMIDORA** classificada como Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, cujo prazo deve ser de 10 (dez) dias úteis;
5. Responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
6. Ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana para a solução de problemas emergenciais;
7. Ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à **CONCESSIONÁRIA** sem ter que se deslocar do Município onde se encontra a **UNIDADE CONSUMIDORA**;

8. Ser informado de forma objetiva sobre as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, de acordo com as condições e prazos de execução de cada situação, sempre que previstos em normas e regulamentos;
9. Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
10. Ser informado, na fatura do percentual de reajuste da **TARIFA** de energia elétrica aplicável a sua **UNIDADE CONSUMIDORA** e a data de início de sua vigência;
11. Ser ressarcido por valores cobrados e pagos indevidamente, acrescidos de atualização monetária e juros;
12. Ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da **SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO** por falta de pagamento;
13. Ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, a partir da constatação da **CONCESSIONÁRIA** ou da informação do **CONSUMIDOR**;
14. Receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o crédito estabelecido na regulamentação específica;
15. Ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a área urbana ou 48 (quarenta e oito) horas para a área rural, observadas as Condições Gerais de Fornecimento;
16. Ser ressarcido, quando couber, por meio de pagamento em moeda corrente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir da respectiva data de solicitação ou, ainda, aceitar o conserto ou a substituição do equipamento danificado, em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica;
17. Receber, por meio da fatura de energia elétrica, importância monetária se houver descumprimento, por parte da **CONCESSIONÁRIA**, dos padrões de atendimento técnicos e comerciais estabelecidos pela ANEEL;
18. Ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão, ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
19. Ser informado por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, quando existir na **UNIDADE CONSUMIDORA** pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
20. Ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às Normas e Padrões da **CONCESSIONÁRIA** e às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica;
21. Quando da suspensão do fornecimento, ser informado das condições de encerramento da relação contratual;
22. Cancelar, a qualquer tempo, a cobrança na fatura de contribuições e doações para entidades ou outros serviços executados por terceiros por ele autorizada; e
23. Ser informado sobre o direito à Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e sobre os critérios e procedimentos para a obtenção de tal benefício, se for o caso; e
24. Receber, até o mês de maio do ano corrente, declaração de quitação anual de débitos do ano anterior, referentes ao consumo de energia elétrica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

Os principais deveres do **CONSUMIDOR** são:

1. Manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas internas da **UNIDADE CONSUMIDORA**, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
2. Responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior de sua propriedade;
3. Manter livre, aos empregados e representantes da distribuidora, para fins de inspeção e leitura, o acesso às instalações da unidade consumidora relacionadas com a medição e proteção;
4. Pagar a fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento;
5. Informar à **CONCESSIONÁRIA** sobre a existência de pessoa residente que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida na **UNIDADE CONSUMIDORA**;

6. Manter os dados cadastrais da **UNIDADE CONSUMIDORA** atualizados junto à **CONCESSIONÁRIA**, especialmente quando da mudança do titular, solicitando a alteração da titularidade ou o encerramento da relação contratual, se for o caso;
7. Informar as alterações da atividade exercida (ex.: residencial, comercial, industrial, rural etc.) na **UNIDADE CONSUMIDORA**;
8. Consultar a **CONCESSIONÁRIA** quando o aumento de **CARGA INSTALADA** da **UNIDADE CONSUMIDORA** exigir a elevação da **POTÊNCIA DISPONIBILIZADA**; e,
9. ressarcir a **CONCESSIONÁRIA**, no caso de investimentos realizados para o fornecimento da **UNIDADE CONSUMIDORA** e não amortizados, excetuando-se aqueles realizados em conformidade com os programas de universalização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção imediata, pelas razões descritas nos itens 1 e 2 seguintes, ou após prévio aviso, pelas razões descritas nos itens 3 a 5:

1. deficiência técnica ou de segurança em instalações da **UNIDADE CONSUMIDORA** que ofereçam risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao sistema elétrico;
2. fornecimento de energia elétrica a terceiros;
3. impedimento do acesso de empregados e representantes da **CONCESSIONÁRIA** para leitura, substituição de medidor e inspeções necessárias;
4. razões de ordem técnica; e
5. falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS

A **CONCESSIONÁRIA** poderá:

1. executar serviços vinculados à prestação do serviço público à utilização de energia elétrica, observadas as restrições constantes do contrato de concessão e que o **CONSUMIDOR**, por sua livre escolha, opte por contratar; e
2. incluir na fatura, de forma discriminada, contribuições de caráter social, desde que autorizadas antecipada e expressamente pelo **CONSUMIDOR**.

CLÁUSULA SEXTA: DO ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Este **CONTRATO** poderá ser rescindido nas seguintes situações:

1. Pedido voluntário do titular da unidade consumidora para encerramento da relação contratual;
2. Decurso do prazo de 2 (dois) ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora; e
3. pedido de fornecimento formulado por novo interessado referente à mesma unidade consumidora.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA

1. Vencido o prazo para o atendimento de uma solicitação ou reclamação feita para a **CONCESSIONÁRIA**, ou se houver discordância em relação às providências adotadas, o **CONSUMIDOR** pode contatar a ouvidoria da **CONCESSIONÁRIA**;
2. A ouvidoria da **CONCESSIONÁRIA** deve comunicar ao **CONSUMIDOR**, em até 15 (quinze) dias, as providências adotadas quanto às suas solicitações e reclamações, cientificando-o sobre a possibilidade de reclamação direta à agência estadual conveniada ou, em sua ausência, à ANEEL, caso persista discordância;



3 Sempre que não for oferecido o serviço de ouvidoria pela **CONCESSIONÁRIA**, as solicitações e reclamações podem ser apresentadas pelo **CONSUMIDOR** diretamente à agência estadual conveniada, ou, em sua ausência, diretamente à ANEEL.

CLÁUSULA OITAVA: DAS UNIDADES CONSUMIDORAS E PARTICULARIDADES DA CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

1. DA IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CONSUMIDORA

As **UNIDADES CONSUMIDORAS** atendidas pelo presente **CONTRATO**, para todos os efeitos, encontram-se listadas em seu **ANEXO I**.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente **CONTRATO** está subordinado à legislação/regulamentação do serviço de energia elétrica, a qual prevalecerá nos casos omissos ou em eventuais divergências, e no que couber à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação/regulamentação, que venham a repercutir neste **CONTRATO** ou nas Condições de Fornecimento de Energia Elétrica, considerar-se-ão automática e imediatamente aplicáveis.

3. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada a licitação para a celebração do presente **CONTRATO**, nos termos do Artigo 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme processo de dispensa de licitação nº 010/2019, cujo ato que autorizou a sua lavratura está às fls. 2 e é datado de 20/08/2019, vinculando o **CONTRATO** ao referido processo de dispensa de licitação.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O **CONSUMIDOR** declara, sob as penas da lei, que adotou todas as medidas e obteve todas as aprovações para assunção das obrigações pactuadas neste **CONTRATO**, especialmente a previsão das despesas decorrentes no respectivo orçamento, obrigando-se a incluir o saldo remanescente na conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vindouro, mediante emissão de nova Nota de Empenho no início de cada exercício.

A despesa de execução do **CONTRATO** correrá à conta do Orçamento Geral do Estado, consignados para o exercício de 2019, sob a Dotação Orçamentária 2019.18.03.04.122.1023.2102.03.

Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes do **CONTRATO** têm seu valor global estimado na ordem de R\$ 1.086.744,04 (Um Milhão e Oitenta e Seis Mil e Setecentos e Quarenta e Quatro Reais e Quatro Centavos) e mensal no valor estimado de R\$ 90.562,01 (Noventa Mil e Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Um Centavo).

5. DA VIGÊNCIA

O **CONTRATO** vigorará da data de sua assinatura até o término do prazo de 12 (doze) meses, e enquanto não cumpridas integralmente as obrigações contratuais de ambas as **PARTES**, podendo ser prorrogado automaticamente por igual período, e assim sucessivamente, até o máximo de 60 (sessenta) meses, desde que o **CLIENTE** não expresse manifestação em contrário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao término de cada vigência.



6. DA PUBLICAÇÃO

O **CONSUMIDOR** obriga-se a promover, às suas expensas, a publicação do presente **CONTRATO** e de seus eventuais aditivos, na forma de extrato no Diário Oficial da União, em conformidade com o prazo estabelecido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

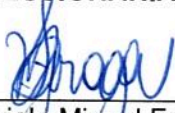
7. DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia Goiás para dirimir questões decorrentes deste **CONTRATO**, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as **PARTES** o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que todos os seus efeitos, diante das testemunhas abaixo.

Goiânia-Go, 11 de outubro de 2019.

Pela **CONCESSIONÁRIA**:


Nome: Gabriela Miguel Fraga
Cargo: Procuradora
CPF: 020.056.131-69

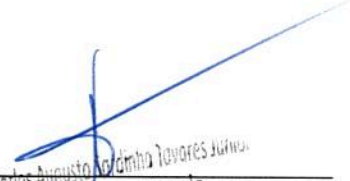
Gabriela Miguel Fraga
Mat.: 12132-0
Atendimento Clientes de Governo

Nome:
Cargo:
CPF:

Pelo **CONSUMIDOR**:


Nome: Bruno Magalhães D'Abadia
Cargo: Secretário
CPF: 010.134.721-95

Nome:
Cargo:


Carlos Augusto Almeida Tavares Junior
Procurador do Estado
OAB-GO nº 31.700

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO-I

CÓDIGO DO CLIENTE	AGRUPAMENTO	UNIDADE CONSUMIDORA	ENDEREÇO
1797533	62570	10001009751	AVENIDA BRASILIA 000 Q 57 L 16 SETOR CENTRO ALEXANIA
1797533	62570	10014491638	AVENIDA PARANAIBA Q 56 L 4 SETOR CENTRO SAO MIGUEL DO ARAGUAIA
1797533	62570	10019986317	RUA CANJERANA 287 Q 102 L 28 VAPT VUPT SETOR CENTRO RUBIATABA
1797533	62570	10017433868	AVENIDA INO REZENDE Q 104 L 1 VAPT VUPT MEDIÇÃO SALA 103 SALA 112 E 113 SETOR CRUVINEL MINEIROS
1797533	62570	10015153922	RUA MOISES BATISTA Q 3A L 02 SETOR CENTRO TRINDADE
1797533	62570	70074379	AVENIDA CRISTOVAO COLOMBO Q 2 L 10 OUTROS VAPT VUPT SETOR AEROPORTO JARAGUA
1797533	62570	10010847381	RUA SEM NOME Q 12 L 14 SETOR CENTRAL SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO
1797533	62570	10010746364	AVENIDA PRESIDENTE(A) TANCREDO NEVES 100 UNIDADE VAPT VUPT JATAÍ SETOR EPAMINONDAS II JATAI
1797533	62570	390052620	AVENIDA GOIAS Q 12 L 7 SALA 6 SETOR CENTRO GOIANIRA
1797533	62570	120081180	AVENIDA JOAQUIM BRAZ DE QUEIROZ Q 35 L 7 PARQUE ESTRELA DALVA LUZIANIA
1797533	62570	910027572	AVENIDA TOCANTINS 1421 SETOR CENTRO ANICUNS
1797533	62570	10009102254	AVENIDA BERNARDO SAYAO Q 1 L 5 VAPT VUPT BAIRRO PIRANGA ALVORADA DO NORTE
1797533	62570	10016973915	AVENIDA ANTONIO BATISTA ARANTES 380 SALA 3 SETOR CENTRO PIRACANJUBA
1797533	62570	10011721136	AVENIDA A Q 10 L 14 B ESQ COM RUA 7 VAPT VUPT ESTANCIA ITAJA CALDAS NOVAS
1797533	62570	10013858830	RUA DOS MILITARES Q 7 L 16 SALA 11 - CONDOMINIO VAPT-VUPT BAIRRO SANTA MONICA MOZARLANDIA
1797533	62570	20774072	AVENIDA UNIVERSITARIA 2221 SALA 27 COND COND ANASHOPPING VILA SANTA ISABEL ANAPOLIS
1797533	62570	20774205	AVENIDA UNIVERSITARIA 2221 COND COND ANASHOPPING OUTROS LOJA 5 VAP VUPT VILA SANTA ISABEL ANAPOLIS
1797533	62570	10017686014	RUA DONA NORMANDA TEIXEIRA 326 PAVIMENTO SUPERIOR VAPT VUPT SETOR CENTRAL BELA VISTA DE GOIAS
1797533	62570	1990009818	RUA 5 47 Q 182 A L 0 MAE DE DEUS CATALAO
1797533	62570	460092698	RUA RUI BARBOSA 63 SETOR CENTRO PIRES DO RIO
1797533	62570	1480077760	RUA ALVORADA Q 28 L 10 B SETOR CENTRAL POSSE
1797533	62570	1060100189	RUA OTAVIANO DE PAIVA Q 27 L 11/12 SETOR CENTRO CRISTALINA

1797533	62570	10006845736	RUA DIREITA 83 A VILA ALTO DA LAPA PIRENOPOLIS
1797533	62570	980018160	RUA GETULINO ARTIAGA Q 30 L 1 ACADEMIA SETOR SAO SEBASTIAO PARAUNA
1797533	62570	10000778131	RUA ALVORADA Q 28 L 10-C4 C-4 SETOR CENTRAL POSSE
1797533	62570	10000778174	RUA ALVORADA 237 Q 28 L 10B SALA 201 SETOR CENTRAL POSSE
1797533	62570	150012536	RUA BARAO DO RIO BRANCO 878 VAPT VUPT SETOR CENTRO MORRINHOS
1797533	62570	580114053	AVENIDA JULIO SAMPAIO 6 VILA BAIJOCH IPAMERI
1797533	62570	90064884	AVENIDA DARIO DE PAIVA SAMPAIO 0 OUTROS UC 90064884 BAIRRO JOAO FRANCISCO GOIAS
1797533	62570	1002292266	RUA WILSON BARBOSA 56 CAIXA 46 SETOR CENTRAL QUIRINOPOLIS
1797533	62570	10012652243	RUA EDUVALDO VELOSO DO CARMO 356 Q 9 L S/N SETOR CENTRO SANTA HELENA DE GOIAS
1797533	62570	10018032808	RUA PEDRO SIFUENTES MACHADO 400 VAPT VUPT SETOR CENTRO ITAPURANGA
1797533	62570	10021169029	RUA SALOMAO L DA SILVA Q 22 L 2F-A/ 2F-B VAPT VUPT SETOR CENTRO PALMEIRAS DE GOIAS